



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 13 de novembro de 2017
(OR. en)

14096/17

COLAC 120
CFSP/PESC 980
RELEX 954

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

n.º doc. ant.: ST 14067/17 COLAC 118 CFSP/PESC 976 RELEX 948 COPS 354

Assunto: Conclusões do Conselho sobre a Venezuela

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre a Venezuela, adotadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros na sua reunião realizada a 13 de novembro de 2017.

CONCLUSÕES DO CONSELHO SOBRE A VENEZUELA

Conselho dos Negócios Estrangeiros, 13 de novembro de 2017

1. A União Europeia (UE) recorda as conclusões do Conselho de julho de 2016 e de maio de 2017 e reitera que o diálogo construtivo e as negociações são a única forma sustentável de resolver a atual crise e de dar resposta às necessidades urgentes do povo da Venezuela. Por conseguinte, a UE está pronta a apoiar uma negociação credível que reúna todos os intervenientes relevantes e que possa conduzir a soluções comuns para os múltiplos desafios que o país enfrenta.
2. Recentemente, as eleições dos governadores regionais de 15 de outubro tiveram lugar num contexto em que foram denunciadas várias irregularidades, e grande parte da oposição não reconheceu os resultados. A UE apela à total transparência dos resultados destas eleições, através da realização de uma auditoria exaustiva e independente. Para restaurar a confiança das pessoas nas eleições, é importante garantir processos eleitorais credíveis e uma composição mais equilibrada do Conselho Nacional Eleitoral. A UE também manifesta a sua preocupação com a falta de respeito pelos mecanismos constitucionais no que se refere à nomeação e ao exercício de funções dos novos governadores, incluindo a destituição do governador eleito do estado de Zulia.

3. Estes acontecimentos acentuaram a polarização política no país. A criação de uma Assembleia Constituinte quase onipotente enfraqueceu ainda mais as instituições democráticas e independentes. A UE reitera que não pode reconhecer a Assembleia Constituinte nem as suas ações devido às sérias preocupações quanto à sua legitimidade e representatividade. A UE relembra a importância de respeitar as prerrogativas da Assembleia Nacional e dos seus membros, assim como a independência do sistema judiciário. Alguns relatos, nomeadamente do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, sobre violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são um motivo adicional de alarme, assim como as crescentes necessidades prementes da população que estão a afetar os seus direitos, como o direito à alimentação e o direito à saúde.
4. Neste contexto, para além dos seus esforços políticos e diplomáticos de apoio a uma solução pacífica e negociada para a crise política, o Conselho decidiu hoje, por unanimidade, adotar medidas restritivas, sublinhando a sua preocupação com a situação no país. Estas medidas consistem num embargo ao armamento e a material conexo que possa ser utilizado para fins de repressão interna, bem como num quadro jurídico para impor proibições de viagem e congelamentos de bens.
5. Estas medidas serão utilizadas de forma gradual e flexível e podem ser alargadas, visando as pessoas envolvidas no atropelo dos princípios democráticos ou do Estado de direito e na violação de direitos humanos. As medidas podem ser revertidas consoante a evolução da situação no país, em especial a realização de negociações credíveis e significativas, o respeito das instituições democráticas, a adoção de um calendário eleitoral completo e a libertação de todos os presos políticos. Estas medidas foram concebidas por forma a não prejudicar a população venezuelana, cuja situação a UE pretende aliviar.

6. A principal responsabilidade de pôr fim à crise na Venezuela cabe ao país. A UE insta o Governo a restabelecer urgentemente a legitimidade democrática, incluindo através de eleições livres e justas, e insta a oposição a continuar a trabalhar de forma unida no sentido de chegar a uma solução negociada para a atual situação de tensão, para o bem do país. A UE reitera o seu pleno apoio aos esforços regionais e internacionais que visam encontrar uma solução duradoura para a crise.
-